

COM INDICATIVO DE REJEIÇÃO CRÍTICA, SINDIPETRO-LP CONVOCA CATEGORIA PARA DELIBERAR PROPOSTA DE PLR 2026 - 2027

O Sindipetro-LP convoca toda a categoria para participar da rodada de assembleias que vai deliberar sobre a proposta de regramento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR 2026-2027) do Sistema Petrobrás. Diante do cenário das negociações, a diretoria do Sindicato e a Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) aprovaram o indicativo de rejeição crítica à proposta apresentada pela gestão da empresa.

A votação na sede e na sub-sede do Sindicato está marcada para o dia 8 de outubro, com a primeira chamada às 17h30 e a segunda chamada às 18h. Para assegurar o direito de voto de quem está no cumprimento de escala, a partir do dia 5 de outubro, haverá assembleia a bordo nas plataformas e votação na porta das unidades operacionais para os trabalhadores em expediente, conforme estabelece o artigo 112 do estatuto do Sindicato.

A decisão de adotar a rejeição crítica busca marcar o repúdio da categoria aos limites estabelecidos pelos órgãos reguladores do governo e aceitos pela gestão da Petrobrás, tanto

no PRD da Petrobrás quanto no PPP da Transpetro. A deliberação também prevê a possibilidade de assinatura do acordo em conjunto com os demais sindicatos da FNP. Ao mesmo tempo, a orientação para assinar o acordo em conjunto com os demais sindicatos da FNP garante que a categoria não seja prejudicada, viabilizando o recebimento do adiantamento da PLR nos meses de janeiro de 2027 e janeiro de 2028, conforme a exigência feita pela própria empresa para as bases que assinarem até o dia 16 de outubro.

A última proposta colocada em mesa de negociação pela gestão da Holding e pela Transpetro traz a ampliação de 5,77% no piso e no teto da PLR e mais 10% no PRD/PPP, ambos de 2026. E um reajuste de 5,45% no piso e no teto da PLR e mais 10% no PRD/PPP, ambos de 2027, além da retirada da cláusula que previa descontos na AMS e inclusão da possibilidade de aditar o atual acordo por mais dois anos, após seu prazo final.

O acelerador, de 10% no PRD da Petrobrás e no PPP da Transpetro, está condicionado ao

atingimento das metas de EBITDA ajustado. Já possibilidade de renovação do acordo de PLR por mais dois anos com seus atuais critérios de pagamento atrelados ao cumprimento de metas consolidadas, dependerá de aquiescência entre as partes, trabalhadores e empresa.

Nas subsidiárias, a Transpetro seguirá os parâmetros da Holding com complementação da PLR via PPP quando necessário, já a TBG apresentou uma proposta igualitária entre seus empregados de chão de fábrica e chefia, os quais receberão o mesmo valor de PLR, enquanto PBIO e ANSA mantiveram modelos baseados em múltiplos e abonos. Apesar das diferenças, todas as empresas este ano apresentaram proposta de PLR, diferentemente de anos anteriores. Apesar dessas alterações, o Sindipetro-LP e a FNP reforçam que a proposta deixa a desejar e falha ao não neutralizar os impactos do impairment sobre o cálculo do benefício. Também continuam existindo distorções graves entre a Holding e as subsidiárias, com diferenças na tributação e nas formas de paga-

mento que ferem o princípio de uma PLR verdadeiramente integrada e igualitária para todo o Sistema Petrobrás.

O que causa revolta na categoria é que o lucro líquido da Petrobrás nos dois primeiros trimestres de 2026 já é 37% maior que o lucro líquido dos dois primeiros trimestres de 2025 e, se essa tendência permanecer, a empresa estará perpetuando o repasse de mais dinheiro para acionistas do que para quem efetivamente constrói o resultado.

Nas assembleias, os petroleiros também vão votar a contribuição assistencial de 2% para os não sócios, sendo 1% destinado ao fortalecimento do Sindipetro-LP e 1% repassado à FNP para a sustentação das lutas nacionais da categoria. A contribuição será destinada ao custeio da luta pelo novo Plano de Cargos e Salários e da luta contra os equacionamentos da Petros, assim que terminar a negociação da PLR.

A participação de todos é fundamental para fortalecer a nossa organização e garantir a nossa representatividade. Compareça e vote!

TRANSFERIU-SE PARA UMA DAS NOSSAS UNIDADES?

SAIBA COMO SE FILIAR AO SINDIPETRO LITORAL PAULISTA

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista tem sido procurado por trabalhadores e trabalhadoras transferidos de outras bases para unidades de nossa região que desejam se filiar à entidade. Para tornar-se associado ao Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, preencha o formulário com seus dados (após a câmera para o QR CODE). Após o preenchimento, é necessário imprimir uma via da ficha cadastral e entregá-la em uma de nossas sedes, ao seu diretor de base ou, se preferir, digitalizá-la e encaminhá-la para o e-mail secretaria@sindipetrosantos.com.br. A ficha deve estar devidamente preenchida, assinada e acompanhada de uma foto 3x4 do titular e de seus dependentes, quando houver.

Não há necessidade de desfiliação de um Sindipetro para se filiar a outro. Há trabalhadores e trabalhadoras que, inclusive, são associados em mais de uma entidade sindical. Porém, caso o trabalhador ou a trabalhadora queira se desassociar da entidade sin-

dical de origem, deverá requerer a desfiliação diretamente à entidade de origem.

O Sindipetro-LP dá as boas-vindas aos trabalhadores e trabalhadoras que passam a integrar nossa base de representação e reforça que a participação da categoria fortalece a luta coletiva pela defesa dos direitos, das condições de trabalho e pela conquista de novos avanços para a categoria.

Em caso de dúvidas sobre o processo de filiação, entre em contato com o Sindipetro-LP. Nossa equipe está à disposição para orientar os trabalhadores e garantir que a associação seja realizada de forma rápida e segura. O contato pode ser feito pelo telefone (13) 3202-1100 ou pelo WhatsApp (13) 99770-2043.

Lutas e benefícios

Ao longo de quase sete décadas de história, o Sindipetro-LP consolidou-se como uma das entidades sindicais mais combativas do Sistema Petrobrás. Essa trajetória foi construída por meio da organização da categoria, de gre-

ves históricas, como a de 1995, e de mobilizações que garantiram importantes conquistas para trabalhadores e trabalhadoras, entre elas a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2019, a implantação do turno de seis horas, avanços em benefícios e direitos trabalhistas, além de ações judiciais e negociações que continuam assegurando melhorias para a categoria, como a ação da Resiliência.

No último Acordo Coletivo de Trabalho, a mobilização da categoria garantiu a reposição da inflação com aumento real de 0,5% em 2025 e novo ganho real de 0,5% em 2026, além de abono de 1,6 remuneração. Entre as conquistas que alcançam diretamente as bases do Litoral Paulista estão ainda o reajuste de 8,5% nos vales alimentação e refeição, a criação do benefício mercado de R\$ 400 mensais para todos os empregados e o reconhecimento do feriado de 20 de novembro para os trabalhadores de turno. Essas conquistas foram fruto de uma luta ferrenha, materializada em uma

greve de 16 dias, da qual a categoria do Litoral Paulista participou ativamente, com mobilizações na RPBC, UTE Euzébio Rocha, UTGCA, TEBAR, Alemoa, Pilões, EDISA/Valongo e nas plataformas offshore.

O Sindipetro-LP demonstra que sua atuação vai muito além da luta por direitos. A entidade oferece aos associados e associadas uma série de serviços e benefícios, como atendimentos médico e odontológico gratuitos, assistência jurídica, aulas gratuitas de dança, violão, boxe, muay thai, ioga e pilates, além de serviço de barbearia a valor popular e outras iniciativas voltadas à saúde, ao bem-estar e à valorização da categoria. Esses serviços reforçam o compromisso do Sindicato em estar presente no dia a dia dos trabalhadores e trabalhadoras, dentro e fora do ambiente de trabalho.



CORTE DE CUSTOS COMPROMETE ORGANIZAÇÃO, SAÚDE E EMBARQUE DE PETROLEIROS EM JACAREPAGUÁ

No dia 30 de setembro, o diretor de plantão no Aeroporto de Jacarepaguá se deparou com uma situação de total desorganização no setor médico. No local, passaram diariamente centenas de trabalhadores e trabalhadoras que embarcam para as plataformas localizadas na Baía de Santos.

A desordem presenciada no início da manhã foi provocada diretamente por mais uma medida arbitrária de “contenção de despesas”: a redução do quadro de vigilantes. Dos três vigilantes que prestavam serviço no local, os dois postos dedicados ao setor de saúde foram sumariamente cortados. Restou apenas um único vigilante em outro posto, que acabou tendo

que se dispor a dar uma força para tentar conter o caos gerado pela gestão de saúde.

Os vigilantes desempenham um papel fundamental no fluxo de embarque. A partir das 4h30 da manhã, eles organizam e escalonam a chamada dos petroleiros conforme os horários de cada voo. Essa organização garante que todos passem pela avaliação de anamnese da equipe de saúde antes de autorizar o acesso às aeronaves. Sem esse suporte, o cenário observado foi de trabalhadores desorientados e um processo totalmente precarizado.

Sem os profissionais de segurança no setor médico, a cena que se viu foi de total desorientação

dos trabalhadores e um improvável: para não travar totalmente o fluxo, os próprios técnicos e técnicas de enfermagem tiveram que sair do atendimento de saúde para chamar os voos — valendo-se do conhecimento prático que possuem da sequência dos voos para evitar o colapso do embarque.

Ao lado do único vigilante que tentava ajudar como podia, a equipe de saúde ficou sobrecarregada, atuando em desvio claro de função e em uma postura clássica de “tapar o sol com a peneira”.

Essa política de cortes irresponsável afeta diretamente a qualidade e a segurança do processo de embarque. O pro-

blema se agrava em dias de instabilidade climática, quando o acúmulo e a transferência de voos exigem ainda mais organização no terminal.

A falta de controle nas filas gera atrasos no check-in e obriga trabalhadores a embarcarem sem a devida avaliação médica prévia no solo, empurrando a anamnese para o ambiente de bordo.

O Sindicato repudia a priorização do corte de custos que afeta diretamente a segurança dos trabalhadores offshore, o trabalho dos vigilantes e da equipe de saúde. Exigimos a recomposição imediata do efetivo de segurança para garantir um processo de embarque digno, seguro e organizado.

SINDIPETRO LITORAL PAULISTA OFERECE ORIENTAÇÃO E ACOMPANHAMENTO SOBRE BENEFÍCIOS DO INSS

O Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, por meio do seu Serviço Social, oferece orientação e acompanhamento em trâmites relacionados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O atendimento é voltado a trabalhadores da ativa — próprios e contratados — além de aposentados, aposentadas e pensionistas, garantindo acesso à informação e aos

direitos previdenciários.

Entre os atendimentos realizados estão orientações sobre auxílio por incapacidade temporária, conhecido como auxílio-doença. No caso do benefício B31, o afastamento ocorre em razão de doença comum. Já o B91 refere-se a situações de acidente de trabalho ou doença ocupacional, garantindo direitos específicos vinculados à natureza aci-

dentária do benefício.

O Serviço Social também presta orientação sobre isenção do Imposto de Renda para aposentados, aposentadas e pensionistas que possuem doenças graves previstas em lei, auxiliando na identificação dos casos e nos procedimentos necessários para solicitar o benefício.

Outra demanda atendida é o processo de pensão por

morte, no qual os dependentes recebem acolhimento e orientação sobre documentação, requerimento e acompanhamento do pedido junto ao INSS.

Quem tiver interesse pode marcar horário ou solicitar informações pelo telefone (13) 3202-1100, pelo WhatsApp (13) 99141-0578 ou pelo e-mail servicosocial@sindipetro-santos.com.br.

EM MEXILHÃO, TRABALHADORES DENUNCIAM DOIS PESOS E DUAS MEDIDAS NA GESTÃO DE CURSOS

A política de contenção de despesas implementada pela gestão de E&P vem gerando fortes questionamentos entre os trabalhadores da plataforma de Mexilhão. Segundo relatos recebidos pelo Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, os critérios para a programação de cursos obrigatórios não vêm sendo aplicados da mesma forma para todos. É a famosa lei dos dois pesos e duas medidas.

Trabalhadores da operação e da manutenção estão sendo orientados a realizar os treinamentos durante o período de escala. O problema central é que a Petrobrás não tem feito a devida recomposição dessa mão de obra, desrespeitando as exigências de quadro mínimo e comprometendo os padrões de segurança da unidade. Na prática, a realização dos cursos tem significado embarques antecipados ou desembarques antes do término regular da folga/escala, provocando desfalques diretos nas equipes de bordo.

A situação preocupa porque o efetivo na plataforma já atua no limite. A retirada de profissionais de suas funções rotineiras sem a devida substituição compromete ainda mais o contingente necessário para garantir a segurança operacional da unidade. Em um dos casos levados ao Sindicato, operadores F2 e F3 precisaram se ausentar para realizar treinamentos obrigatórios, deixando essas funções sem cobertura adequada durante o período noturno; o backlog de manutenção só aumenta devido a falta de reposição de efetivo em treinamentos.

A preocupação se agrava em cenários de emergência. Em um eventual shutdown da planta, por exemplo, a ausência de profissionais habilitados e familiarizados com determinados painéis e manobras pode dificultar significativamente os procedimentos de recomposição e retomada segura da operação — especialmente na madrugada.

Tratamento diferenciado na liderança?

Os relatos apontam ainda para uma clara assimetria na forma como os cursos são programados de acordo com a hierarquia. Enquanto a base operacional perde folga ou desfalca a turma por falta de recomposição, supervisores e coordenadores estariam conseguindo agendar seus cursos nos períodos de folga, recebendo as devidas horas extras.

Em outro episódio citado, um supervisor, ao substituir temporariamente um coordenador, teria utilizado a prerrogativa do cargo para alterar a própria escala futura, fazendo com que um treinamento coincidisse com seu período de folga para garantir o recebimento das horas. Situações como essas escancaram a disparidade de tratamento: o pau que bate em Chico, definitivamente, não tem batido em Francisco.

O cumprimento das capacitações exigidas pela Petrobrás é uma obrigação que deve ser

organizada com transparência, critérios objetivos e de forma isonômica, sem privilégios ou penalizações em razão da função exercida.

Diante das denúncias, o Sindipetro-LP vai notificar o RH da unidade para exigir explicações formais sobre o planejamento dos cursos e a falta de recomposição do efetivo em Mexilhão.

A capacitação técnica é indispensável para a segurança no offshore, mas sua gestão não pode atropelar os direitos dos trabalhadores nem colocar a operação em risco. Se a regra existe, deve valer para todos. O Sindipetro-LP seguirá acompanhando o caso e cobrando respostas da gerência.

O Sindipetro-LP seguirá acompanhando o caso e cobrando respostas da gerência, avaliando em paralelo a necessidade de agir em âmbito jurídico acionando seu departamento responsável para garantir o direito da força de trabalho prejudicada por tais medidas da empresa.

“O PROBLEMA CENTRAL É QUE A PETROBRÁS NÃO TEM FEITO A DEVIDA RECOMPOSIÇÃO DESSA MÃO DE OBRA, DESRESPEITANDO AS EXIGÊNCIAS DE QUADRO MÍNIMO E COMPROMETENDO OS PADRÕES DE SEGURANÇA DA UNIDADE